

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

Síntese do Tipo de Demanda: Solução para geração de energia sustentável e redução nos custos de energia elétrica nas unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Ceará.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM DA DEMANDA

Área da Demanda: Gerência de Engenharia e Arquitetura

Solicitante: Anita Maria da Silva Guimarães – Gerente de Engenharia e Arquitetura

Matrícula: 7809

E-mail: anitamaria@tjce.jus.br

Telefone: (85) 9.8162-9542

2. OBJETIVO DESTE DOCUMENTO

2.1. Este documento tem como finalidade registrar específica necessidade detectada e os elementos característicos, para identificação de melhor forma de atendimento e, se for o caso, elaboração dos demais artefatos necessários à contratação.

3. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. Considerando o alto consumo de energia elétrica das unidades judiciárias do estado do Ceará e consequentemente o alto custo das faturas de energia das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Ceará, é imprescindível encontrar uma solução técnica e financeira viável, com foco na sustentabilidade.

3.2. A Resolução n.º 400, de 16 de junho de 2021 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário estabelece indicador de energia elétrica com foco na utilização de energia alternativa, conforme item 6.5 do anexo:

“6.5 Uso de energia alternativa

Definição: uso de energia alternativa ou renovável. A energia alternativa ou renovável é aquela gerada por fontes renováveis e que não emitem poluentes na atmosfera. As principais fontes alternativas de energia são: energia solar, eólica, maremotriz e geotérmica.”

3.3. Atualmente as fontes alternativas de energia tem se mostrado atrativa por diversos motivos, entre eles:

3.3.1. Constante aumento da tarifa de energia elétrica ao longo dos anos;

3.3.2. Produção de energia limpa;

3.3.3. Redução dos valores de investimento decorrentes de maior produção de equipamentos e consequente redução do tempo de retorno do investimento.

3.4. Analisando as possíveis fontes alternativas a serem instaladas entendemos que a geração de energia fotovoltaica é a que possui maior facilidade de adaptação às unidades judiciárias, utilizando instalações existentes, e ainda baixo custo de manutenção preventiva, sendo, portanto, salvo melhor juízo, a escolha mais adequada para este tipo de geração de energia elétrica.

4. DESCRIÇÃO SUSCINTA DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a abordagem do item 3 o objeto da solução pretendido consiste na contratação de solução de engenharia para fornecimento de energia elétrica por meio de geradores fotovoltaicos.

4.2. A solução poderá ser atendida por diferentes soluções de mercado: aquisição, locação ou registro de preços para geradores fotovoltaicos.

4.2.1. Considerando o limite financeiro da fonte de recurso;

4.2.2. Considerando o excelente retorno financeiro da solução de contratação de gerador fotovoltaico;

4.2.3. Considerando a existência de espaços e boas condições de infraestrutura de várias edificações próprias do Tribunal de Justiça, onde funcionam unidades judiciárias.

É mais vantajoso para a administração pública optar pela solução de engenharia com aquisição de geradores fotovoltaicos a serem instalados nas cobertas das unidades judiciárias.

4.3. É mais vantajoso para a administração pública optar pela solução de engenharia com aquisição de geradores fotovoltaicos a serem instalados nas cobertas das unidades judiciárias.

5. MOTIVAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS

5.1. No total do ano de 2023 as unidades do Tribunal de Justiça do Ceará consumiram 7.786.290 KWh correspondente a R\$6.047.388,38.

5.2. Alinhamento com indicador do Plano de Sustentabilidade do Poder Judiciário.

5.3. Avanço tecnológico e consequente redução do valor dos equipamentos de geração de energia fotovoltaica.

5.4. O investimento atual tem uma limitação orçamentária que possibilita uma contratação de geradores com potência total aproximada de 380KWp.

5.5. Expectativa de geração anual de 575.000KWh correspondente a 7,4% do total de consumo de energia elétrica do Tribunal de Justiça.

- Retorno de investimento em aproximadamente 38 meses;
- Redução da emissão de Co2 em 564.000 Kg por ano;
- Equivalente ao plantio de 31300 árvores por ano.

5.6. Considerando as vantagens econômicas e ambientais apresentadas e o consumo total de energia elétrica em 2023, a ampliação do sistema de geração de energia fotovoltaica tem como objetivo incrementar a economia nas faturas de energia do TJCE e um maior benefício ambiental.

ENCAMINHAMENTO	
Encaminhamento à Secretaria de Administração e Infraestrutura para análise e providências, especialmente para definir a pertinência e forma de atendimento e, caso decidido pela contratação, encaminhamento à equipe de planejamento para providências seguintes.	
Anita Maria da Silva Guimarães Diretora de Infraestrutura Solicitante	
Fortaleza, 7 de março de 2025	

.....*Continuação do DFD/DOD*.....

Ciente da demanda apresentada, passo a complementar a avaliação da mesma e indicação de providências.

6. ALINHAMENTO ENTRE A DEMANDA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL E PLANO DE OBRAS

6.1. Esta demanda se relaciona aos objetivos para prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível, e ainda fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira, de modo que se mostra aderente ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Ceará 2030.

6.2. Adicionalmente, se mostra também aderente ao PLANO DE OBRAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ 2023 - 2025, pois os geradores fotovoltaicos serão instalados em unidades judiciárias com intervenções de melhoria previstas no referido plano de obras.

7. ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES 2025

7.1. Trata-se de demanda prevista no PAC 2025, conforme abaixo identificado:

ITEM	DESCRIÇÃO
TJCESEADI__UGP_2025_0001	Aquisição de painéis solares para comarcas do interior

8. FONTE DE RECURSOS

8.1. Para a demanda ora posta, foi identificada a seguinte previsão de fonte de recursos, o que admite seguimento para contratação

Órgão: 04200001 – FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FERMOJU;

Unid. Orçamentaria: 04200121 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA;

Ação: 11475 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS – FERMOJU (1º GRAU).

9. COMPLEMENTO DE INFORMAÇÕES

9.1. Equipe de planejamento

- Carlos Riccieri Cavalcante Fernandes Lima – Engenheiro Eletricista
- Anita Maria da Silva Guimarães – Engenheira Civil

10. DECISÃO DE ANDAMENTO

- 10.1.** Em vista das constatações deste documento, aprovo o prosseguimento do atendimento da demanda na forma da solução adotada.

Pedro Ítalo Sampaio Girão
Autoridade Competente da Área Demandante

Fortaleza, 7 de março de 2025